



COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
XIV Legislatura - 2.ª Sessão Legislativa

ATA NÚMERO SETENTA

Aos sete dias do mês de abril de 2021, pelas quatorze horas e trinta minutos, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território** na sala cinco do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação das Atas n.º 68 e 69

2. Iniciativas Legislativas

Conexão

PJL 770/XIV/2 (PCP) - *Altera e simplifica o regime legal do estacionamento e aparcamento de autocaravanas (competente 6ª)*

PJL 776/XIV/2 (PEV) - *Estabelece as condições de proibição de acampamento e aparcamento de veículo (alteração do artigo 50.º-A do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei 114/94, de 3 de maio e republicado, em anexo à Lei 72/2013, de 3 de setembro) (competente 6ª)*

Pareceres

PJL 625XIV/2 (PAN) - *Promove a interdição do fabrico, posse, utilização e venda de artefactos tendentes a capturar aves silvestres não sujeitas a exploração cinegética*

PJL 651XIV/2 (PEV) - *Determina a proibição do fabrico, venda, compra, utilização e importação de armadilhas e outros artefactos utilizados para a captura ilegal de aves*

PJL 723/XIV/2 (PAN) - *Criação do regime jurídico de proteção do arvoredado urbano*

PJL 733/XIV/2 (PSD) - *Define os critérios de gestão do arvoredado urbano público e a obrigatoriedade da criação de regulamentos municipais.*

PJL 734/XIV/2 (NINSC JKM) - *Cria o regime de proteção e ampliação do arvoredado urbano*

PJL 741/XIV/2 (BE) - *Aprova o regime jurídico da proteção, conservação e fomento do arvoredado urbano*

PJL 748/XIV/2 (PEV) - *Instrumentos de gestão do arvoredado em meio urbano*

Especialidade

PJL 712/XIV/2 (PCP) - *Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19*

3. Projetos de Resolução

Baixa

(Para efeitos do art.º 128.º/2 RAR)

PJR 1159/XIV/2.ª(PEV) - *Pela necessidade de integrar a preservação da biodiversidade marinha nas obras de infraestruturas Portuárias*

PJR 1161/XIV/2.ª(PEV) - *Programa nacional para o uso eficiente da água*

PJR 1163/XIV/2.^a(PEV) - Implementação de medidas para a monitorização, despoluição e valorização do rio Dão e seus afluentes

PJR 1166/XIV/2.^a(PEV) - Recomenda ao Governo, que exerce atualmente a Presidência do Conselho Europeu, a defesa da redução substancial de emissões de gases com efeito de estufa, com vista ao cumprimento do Acordo de Paris

PJR 1169/XIV/2.^a (PS) - Recomenda ao governo que promova a salvaguarda e valorização da Serra de Carnaxide

Discussão

- a) **PJR 939/XIV/2 (BE)** - Recomenda ao Governo medidas de conservação e recuperação ambiental e da biodiversidade de pradarias marinhas, sapais e florestas de macroalgas e a inclusão destes ecossistemas nos instrumentos de política climática
- PJR 1179/XIV/2 (PS)** - Recomenda ao Governo a Valorização da Importância dos Ecossistemas Costeiros Continentais nos Instrumentos de Política de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Marinhos
- b) **PJR 1089/XIV/2 (Ninsc CR)** - Recomenda ao governo que publique a legislação sobre prevenção da contaminação e remediação dos solos – ProSolos
- PJR 1175/XIV/2 (PSD)** - Recomenda ao governo que publique a legislação sobre prevenção da contaminação e remediação de solos - ProSolos - e que reforce as ações inspetivas e de fiscalização
- c) **PJR 1090/XIV/2 (PCP)** - Pela salvaguarda do interesse nacional, contra os esquemas fiscais e a autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP
- PJR 1177/XIV/2 (NinscJKM)** - Recomenda ao Governo proceder à declaração de nulidade do trespasse da concessão de seis Aproveitamento Hidroelétricos (Miranda, Picote, Bemposta, Foz-Tua, Baixo Sabor e Feiticeiro) da EDP para a Engie
- d) **PJR 1103/XIV/2 (PCP)** - Recomenda ao Governo a reversão do processo de constituição da empresa Águas do Alto-Minho e o retorno do controle da água para os municípios da região

Especialidade

Texto final resultante dos **PJR 889/XIV/2 (Ninsc CR)** - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à pobreza energética; **PJR 1012/XIV/2.^a (BE)** - Pela concretização de um programa para o combate à pobreza energética; **PJR 1061/XIV/2.^a (PS)** - Recomenda ao Governo que reforce os incentivos à melhoria da eficiência energética das habitações e ao combate à pobreza energética; **PJR 1084/XIV/2.^a (PEV)** - Recomenda ao Governo medidas de combate à pobreza energética; **PJR 1097/XIV (Ninsc JKM)** - Recomenda ao Governo o Reforço Financeiro e Técnico do Programa "Edifícios mais Sustentáveis" e a Atribuição de "Créditos Energéticos" às Famílias mais Vulneráveis como forma de combate à Pobreza Energética.

4. Nomeação de Relator para a elaboração de Parecer - Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia - 2020

5. Outros assuntos

- Presenças:

José Maria Cardoso (BE); Luís Graça (PS); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Filipe Pacheco (PS); Hugo Pires (PS); Joana Bento (PS); Joana Lima (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Nuno Fazenda (PS); Raquel Ferreira (PS); Bruno Coimbra (PSD); Hugo Martins Carvalho (PSD); Hugo Patrício Oliveira (PSD); João Moura (PSD); Luís Leite Ramos (PSD); Rui Cristina (PSD); Nelson Peralta (BE); Alma Rivera (PCP); Mariana Silva (PEV); Joacine Katar Moreira (Ninsc);

- Suplentes:

Fernando Paulo Ferreira (PS); Miguel Matos (PS); Pedro do Carmo (PS); António Lima Costa (PSD); Filipa Roseta (PSD); João Gomes Marques (PSD); Pedro Pinto (PSD);

- Faltas:

André Pinotes Batista (PS); Nuno Miguel Carvalho (PSD); André Silva (PAN);

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços - DRAA - Canal Parlamento, em media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL2/COM/11_CAEOT/CAEOT_20210407_VC.mp3 pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Presidente da Comissão, **Deputado José Maria Cardoso**, cumprimentou os presentes, na sala e on-line, e deu início aos trabalhos colocando à apreciação e votação as **atas 68 e 69** que, com a alteração sugerida pelo GP PS, foram **aprovadas por unanimidade**.

Foi dada nota da baixa em conexão com a Comissão competente (6.^a) **das iniciativas PJL 770/XIV/2 (PCP) - Altera e simplifica o regime legal do estacionamento e aparcamento de autocaravanas e PJL 776/XIV/2 (PEV) - Estabelece as condições de proibição de acampamento e aparcamento de veículo (alteração do artigo 50.º-A do Código da Estrada, aprovado pelo Decreto-Lei 114/94, de 3 de maio e republicado, em anexo à Lei 72/2013, de 3 de setembro)**

O Senhor **Deputado José Manuel Carpinteira** (PS) apresentou o **PJL 625XIV/2 (PAN)** - *Promove a interdição do fabrico, posse, utilização e venda de artefactos tendentes a capturar aves silvestres não sujeitas a exploração cinegética.*

O Senhor **Deputado João Gomes Marques** (PSD) apresentou o **PJL 651XIV/2 (PEV)** - *Determina a proibição do fabrico, venda, compra, utilização e importação de armadilhas e outros artefactos utilizados para a captura ilegal de aves.*

Submetidos a votação, os dois pareceres foram **aprovados por unanimidade**.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A Senhora **Deputada Raquel Ferreira** (PS) apresentou o parecer conjunto elaborado sobre os [PJL 723/XIV/2 \(PAN\)](#) - Criação do regime jurídico de proteção do arvoredado urbano; [PJL 733/XIV/2 \(PSD\)](#) - Define os critérios de gestão do arvoredado urbano público e a obrigatoriedade da criação de regulamentos municipais; [PJL 734/XIV/2 \(NINSC JKM\)](#) - Cria o regime de proteção e ampliação do arvoredado urbano; [PJL 741/XIV/2 \(BE\)](#) - Aprova o regime jurídico da proteção, conservação e fomento do arvoredado urbano e [PJL 748/XIV/2 \(PEV\)](#) - Instrumentos de gestão do arvoredado em meio urbano. Submetido a votação, o parecer foi **aprovado por unanimidade**.

Relativamente ao [PJL 712/XIV/2 \(PCP\)](#) - Estabelece a medida excecional e temporária da admissibilidade da suspensão de contratos de fornecimento de serviços essenciais no contexto das respostas à crise epidémica de COVID-19, o Presidente deu nota que esta iniciativa foi votada no Plenário de 31.03.2021, tendo baixado à Comissão em 4.03.2021, não se tendo concluído o prazo de 30 dias (art.º 136.º RAR) para a emissão de parecer. Como o relator elaborou o parecer colocou à consideração da Comissão, que admitiu a sua apreciação para que integre o processo legislativo. Após apresentado pelo Senhor **Deputado Emídio Guerreiro** (PSD), o parecer foi submetido a votação e aprovado por unanimidade.

A Senhora **Deputada Alma Rivera** (PCP) pediu a palavra para dizer que a especialidade do [PJL 712/XIV/2 \(PCP\)](#) deveria correr na 6.ª Comissão em razão da globalidade da matéria tratada. Intervieram os Senhores **Deputados Nuno Fazenda** (PS), **Emídio Guerreiro** (PSD) que afirmaram não ver qualquer impedimento, sendo consensualizado solicitar a redistribuição à 6.ª Comissão.

Os proponentes das iniciativas informaram que pretendem que a discussão dos [PJR 1159/XIV/2.ª\(PEV\)](#) - Pela necessidade de integrar a preservação da biodiversidade marinha nas obras de infraestruturas Portuárias; [PJR 1163/XIV/2.ª\(PEV\)](#) - Implementação de medidas para a monitorização, despoluição e valorização do rio Dão e seus afluentes; e [PJR 1166/XIV/2.ª\(PEV\)](#) - Recomenda ao Governo, que exerce atualmente a Presidência do Conselho Europeu, a defesa da redução substancial de emissões de gases com efeito de estufa, com vista ao cumprimento do Acordo de Paris ocorra em Comissão; e que a discussão dos [PJR 1161/XIV/2.ª\(PEV\)](#) - Programa nacional para o uso eficiente da água e [PJR 1169/XIV/2.ª \(PS\)](#) - Recomenda ao governo que promova a salvaguarda e valorização da Serra de Carnaxide se realize em plenário.

Teve lugar a discussão conjunta dos [PJR 939/XIV/2 \(BE\)](#) - Recomenda ao Governo medidas de conservação e recuperação ambiental e da biodiversidade de pradarias marinhas, sapais e florestas de macroalgas e a inclusão destes ecossistemas nos instrumentos de política climática [PJR 1159/XIV/2.ª\(PEV\)](#) - Pela necessidade de integrar a preservação da biodiversidade marinha nas obras de infraestruturas Portuárias e [PJR 1179/XIV/2 \(PS\)](#) - Recomenda ao Governo a Valorização da Importância dos Ecossistemas Costeiros Continentais nos Instrumentos de Política de Conservação e Uso Sustentável dos Recursos Marinhos; [PJR 1089/XIV/2 \(NinSC CR\)](#) - Recomenda ao governo que publique a legislação sobre prevenção da contaminação e remediação dos solos - ProSolos, [PJR 1175/XIV/2 \(PSD\)](#) - Recomenda ao governo que publique a legislação sobre prevenção da contaminação e remediação de solos - ProSolos - e que reforce as ações inspetivas e de fiscalização; e,

por último, dos **PJR 1090/XIV/2 (PCP)** - *Pela salvaguarda do interesse nacional, contra os esquemas fiscais e a autorização de alienação de barragens concessionadas pelo Estado à EDP* e **PJR 1177/XIV/2 (NinscJKM)** - *Recomenda ao Governo proceder à declaração de nulidade do trespasse da concessão de seis Aproveitamento Hidroelétricos (Miranda, Picote, Bemposta, Foz-Tua, Baixo Sabor e Feiticeiro) da EDP para a Engie, conforme informações anexas a esta ata, que dela fazem parte integrante.*

Foi dada anuência dos GPs presentes a que os projetos discutidos integrem o guião de votações de amanhã.

A discussão do **PJR 1103/XIV/2 (PCP)** - *Recomenda ao Governo a reversão do processo de constituição da empresa Águas do Alto-Minho e o retorno do controle da água para os municípios da região foi adiada, a pedido do GP PEV (1.º adiamento).*

Texto final resultante dos **PJR 889/XIV/2 (Ninsc CR)** - *Recomenda ao Governo a adoção de medidas de combate à pobreza energética;* **PJR 1012/XIV/2.ª (BE)** - *Pela concretização de um programa para o combate à pobreza energética;* **PJR 1061/XIV/2.ª (PS)** - *Recomenda ao Governo que reforce os incentivos à melhoria da eficiência energética das habitações e ao combate à pobreza energética;* **PJR 1084/XIV/2.ª (PEV)** - *Recomenda ao Governo medidas de combate à pobreza energética;* **PJR 1097/XIV (Ninsc JKM)** - *Recomenda ao Governo o Reforço Financeiro e Técnico do Programa "Edifícios mais Sustentáveis" e a Atribuição de "Créditos Energéticos" às Famílias mais Vulneráveis como forma de combate à Pobreza Energética.*

O Senhor **Deputado Nuno Fazenda** (PS) pediu a palavra, manifestando que não se revê nesta redação conjunta, apenas reconhecendo paralelismo na iniciativa da Senhora **Deputada Cristina Rodrigues** (Ninsc); intervieram os Senhores **Deputado Nelson Peralta** (BE), **Jocine Katar Moreira** (Ninsc) **Mariana Silva** (PEV), **Filipa Roseta** (PSD), que leu declaração de voto. Foi dado **prazo até à próxima reunião de Comissão para tentar concertar posições no sentido de convergência do texto.** Não sendo possível reunir consenso, proceder-se-á à votação ponto a ponto.

Foi distribuído ao GP PAN, para a elaboração de parecer, o Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na União Europeia - 2020.

Na rubrica "**Outros Assuntos**" foi referida a proposta de sessão informativa da INTRAW - International Raw Materials Observatory, ficando os serviços de remeter a todos os membros da Comissão para apreciação.

Foi transmitido o pedido do Coordenador do GT Resíduos, para indicação urgente dos membros do GP que integram o GT. Foram indicados efetivos os Senhores **Deputados Mariana Silva** (PEV) e **Alma Rivera** (PCP), e como suplentes, **José Luis Ferreira** (PEV) e **Paula Santos** (PCP).

O Presidente da Comissão colocou à consideração a inclusão na OT de dois requerimentos do GP BE, um para solicitar a documentação do processo de licenciamento do projeto para o estabelecimento da linha aérea de alta tensão (60 kV)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Fermil-Bragadas (modificação entre os apoios 52 e 57), na União de Freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo António do Aleixo de Além-Tâmega, concelho de Ribeira de Pena; e outro para a audição do presidente da Câmara Municipal de Ribeira de Pena a propósito do projeto para o estabelecimento da linha aérea de alta tensão (60 kV) Fermil-Bragadas (modificação entre os apoios 52 e 57), na União de Freguesias de Ribeira de Pena (Salvador) e Santo António do Aleixo de Além-Tâmega, concelho de Ribeira de Pena.

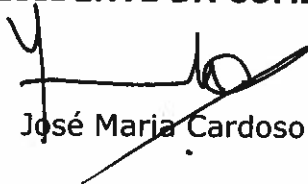
Havendo consenso, os requerimentos foram apresentados pelo Senhor Deputado Nelson Peralta (BE) e, seguidamente, **aprovados por unanimidade.**

Por último, foi dada nota dos trabalhos futuros da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados pelas 19H20.

Palácio de São Bento, 7 de abril de 2021

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



José Maria Cardoso

IG/